

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**Fábio Moura Melo Filho**

**O DESAFIO DO DESEMPREGO BRASIL:  
UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2022**

**Varginha/MG**

**2023**

**Fabio Moura Melo Filho**

**O DESAFIO DO DESEMPREGO BRASIL:  
UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2022**

Trabalho de conclusão do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão – PIEPEX - do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da Universidade Federal de Alfenas – Campus Varginha. Orientador: Professor Dr. Fernando Batista Pereira

**Varginha/MG**

**2023**

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas  
Biblioteca Campus Varginha

Filho, Fabio Moura Melo.

O DESAFIO DO DESEMPREGO BRASIL : UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2022 / Fabio Moura Melo Filho. - Varginha, MG, 2023.  
30 f. : il. -

Orientador(a): Fernando Batista Pereira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2023.

Bibliografia.

1. Desemprego. 2. Mercado de Trabalho. 3. Taxa de Desocupação. 4. Brasil. I. Pereira, Fernando Batista, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

**O DESAFIO DO DESEMPREGO BRASIL:  
UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2022**

A Banca examinadora abaixo-assinada, aprova o trabalho apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas – Campus Varginha

Aprovado em:

Prof. Dr. Fernando Batista Pereira  
Universidade Federal de Alfenas – Campus Varginha

Assinatura:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Marcia Rodrigues Da Silva  
Universidade Federal de Alfenas – Campus Varginha

Assinatura:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nildred Stael Fernandes Martins  
Universidade Federal de Alfenas – Campus Varginha

Assinatura:

Dedico este trabalho aos meus pais, Fabio Moura Melo e Roseli Alves Paschoal Moura Melo, que sempre acreditaram e me apoiaram na vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente a Deus, por sempre colocar tudo em seu devido lugar.

Agradeço a minha família, Victor Marcondes, meu irmão, que, mesmo de longe, sempre foi um espelho e me motivou na minha caminhada, Maria Isabel, minha irmã, com sua parceria e amizade que sempre me acolheram.

Agradeço a todos meus amigos, em especial, Guilherme Duarte, quem me adotou como seu segundo irmão, e a Guilherme Feliciano Alves, durante todo o período acadêmico sempre esteve ao meu lado me apoiando e zelando por mim.

Agradeço ao mestre, Fernando Batista Pereira, meu orientador, que aceitou me auxiliar bem no final e com sua confiança e compreensão me ajudou a chegar até aqui.

Agradeço a Universidade Federal de Alfenas – Campus Varginha, por me proporcionar tempos de aprendizado maravilhosos com todo seu corpo docente tão bem qualificados.

## RESUMO

O presente estudo busca compreender os desafios da economia brasileira de lidar com os momentos de dificuldades de superar os níveis de desemprego durante os anos compreendidos entre 2015 e 2022 com ajuda de dados empíricos que nos auxiliam com as interpretações, e com isso entender, também, como os governos de cada período lidaram para com suas dificuldades político-econômicas, através de medidas provisórias e levando a economia para um modelo mais ortodoxa-liberal nos últimos dois governos, Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022). Dois pontos serão estudados: (a) a situação de desemprego e desocupação; (b) as mudanças que ocorreram neste período na economia nacional. A metodologia utilizada neste trabalho é a revisão de dados por meio de análises descritivas, a se entender como flui o desemprego no Brasil utilizando dados quantitativos do IBGE com os dados da PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, e CAGED. Do estudo, concluiu-se que a desocupação se destaca pela quantidade de jovens na faixa etária entre os 14 a 24 anos, pela população de cor/raça preta e parda, e também um grande número de mulheres em idade ativa, mostrando que são mais afetadas pelo desemprego do que os homens.

Palavras-chave: Desemprego; Mercado de Trabalho; Taxa de Desocupação; Brasil

## **ABSTRACT**

This study seeks to understand the challenges of the Brazilian economy in dealing with moments of difficulty in overcoming unemployment levels during the years between 2015 and 2022 with the help of empirical data that help us with interpretations, and thus understand, also, how the governments of each period dealt with their political-economic difficulties, through provisional measures and taking the economy to a more orthodox-liberal model in the last two governments, Temer (2016-2018) and Bolsonaro (2019-2022). Two points will be studied: (a) the situation of unemployment and underemployment; (b) the changes that occurred during this period in the national economy. The methodology used in this work is the review of data through descriptive analysis, to understand how unemployment flows in Brazil using quantitative data from the IBGE with data from the PNADC - Continuous Household Sample Survey, and CAGED. From the study, it was concluded that underemployment stands out for the number of young people in the age group between 14 and 24 years, for the black and brown population, and also a large number of women in active age, showing that they are more affected by unemployment than men.

**Keywords:** Unemployment; Labor market; Vacancy Rate; Brazil

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2.</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>10</b>
2.1	Desempenho Econômico do País.....	10
2.2	Mercado de Trabalho no Brasil.....	13
<b>3.</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>14</b>
<b>4.</b>	<b>DISCUSSÃO E RESULTADOS.....</b>	<b>15</b>
4.1	Fatores que Influenciam o Desemprego.....	16
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>26</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>28</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

O desemprego é um tema recorrente na sociedade e revela um grande desconforto na vida financeira das pessoas, gerando dúvidas a respeito de como superar fases onde a indisponibilidade de demanda por trabalho atinge o fluxo circular de renda, comprometendo a geração de renda e de consumo de parcela das famílias. No entanto, há fatores que são explicativos para o melhor entendimento desta problemática, levando em consideração a forma em que os governos são gerenciados no decorrer dos anos entre 2015 a 2022.

Discutiu-se a relação entre o desempenho econômico entre 2015 e 2022 e o mercado de trabalho, justamente por conta das adversidades que envolvem a crise político-econômica já no início do segundo mandato do governo Dilma (2015-2016), e após diversas mudanças na administração durante o governo Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) e também a preocupação global causada pela pandemia da COVID-19 a partir de 2020.

À vista disso, buscou-se no presente trabalho fatores no âmbito da desocupação que desfazem a ideia de acomodação por parte de famílias, nas quais vemos que pela definição de desempregado, inclui os indivíduos que também buscam por recolocação no mercado de trabalho, e entender como tem se desenvolvido o desemprego nos últimos anos. E também, como isso se diferencia entre as faixas etárias e a questão de que o desemprego afeta ainda mais as mulheres de que os homens e como fatores extraordinários, tais quais a COVID-19, afetam o mercado.

Este trabalho será dividido em quatro seções, além da introdução. A seção dois apresenta um breve referencial teórico sobre a temática do desemprego, seguida pela metodologia empregada na condução da pesquisa, tratado na seção três. Na seção quatro, temos os resultados obtidos a através dos dados fomentados na seção três e, em consequência desses, as considerações finais na quinta seção.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

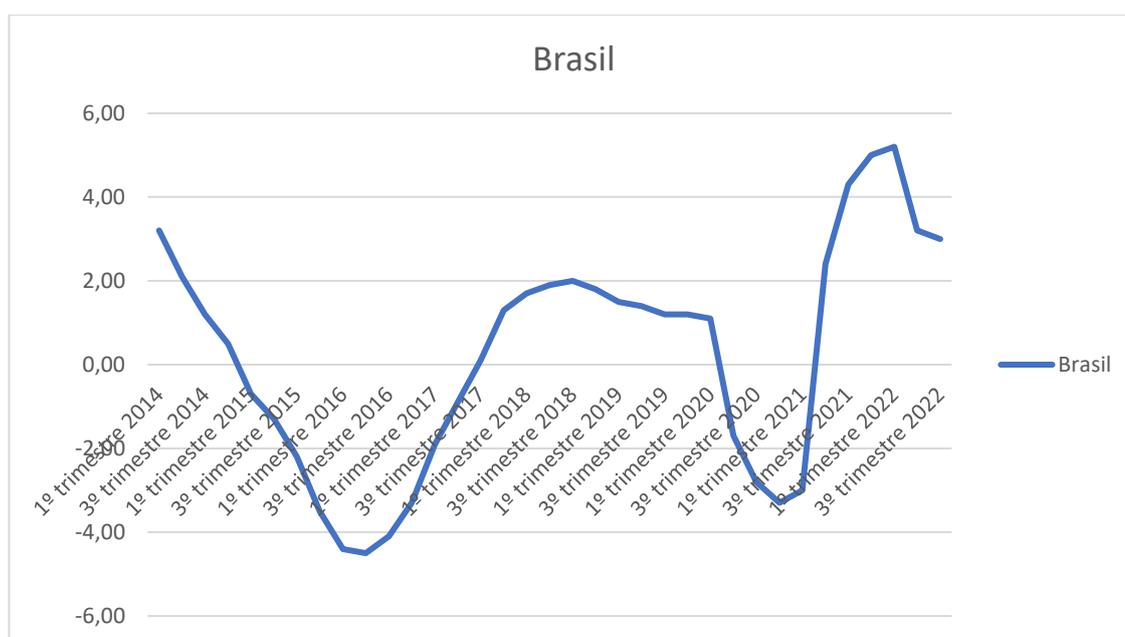
Nesta seção, visando fomentar a temática da pesquisa e contextualizar o desemprego no Brasil, discutiu-se a relação entre o desempenho econômico e o mercado de trabalho, a partir dos anos 2000.

### **2.1 DESEMPENHO ECONOMICO DO PAÍS**

O mercado de trabalho brasileiro teve momentos de grandes índices de formalização de contratos de trabalho e elevado poder de compra da população, como o período de 2003 a 2008, como é dito por Paulo Baltar(2015), nas metrópoles abrangidas pela PME(Pesquisa Mensal de Emprego), calculada pelo IBGE, a taxa de desemprego diminuiu de 12,3% da PEA (População Economicamente Ativa), em 2003, para 7,9%, em 2008, enquanto a proporção da população ocupada com emprego assalariado aumentou de 73,5% para 75,8% e o grau de formalização dos contratos de trabalho se elevou de 70,2% para 74%. Neste mercado de trabalho mais favorável à população e com uma queda no ritmo da inflação, a renda média do trabalho teve um ganho poder de compra, em 2008, 15,2% maior que em 2003. Graças ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a inflação mais baixa e também à política de reajuste do salário-mínimo praticada pelo governo federal (OREIRO, PAULA; 2021). As relações entre produção, emprego, renda do trabalho e preço ajuda a revelar o mercado de trabalho implícito na forma de crescimento da economia brasileira.

A taxa de crescimento do PIB brasileiro por muitos períodos se manteve positiva, o que é um bom cenário para o mercado nacional, mas, em alguns momentos não tão bons quanto outros, como podemos analisar na figura 1 referente ao período de 2014 a 2022.

**Figura 1 - PIB brasileiro a preços de mercado - Taxa acumulada 1º trimestre a 3º trimestre 2022**



Fonte: Banco Central do Brasil – Sistema Gerenciador de Séries (SGS) -Elaboração própria

Se compararmos o primeiro trimestre de 2014 com 2015, vemos que a PIB se mostrou negativo, em relação a este período, em 2014 houve um crescimento de 3,2%, já em 2015 foi de -0,7%, e caiu ainda mais se formos analisar os períodos subsequentes. Esse resultado que demonstra que a partir do final de 2014 e início de 2015 o Brasil começou a ter um crescimento econômico mais lento do que períodos anteriores. Conforme Oreiro e Paula (2021), a forte desaceleração econômica veio acompanhada de um agudo crescimento na taxa de desocupação, que aumentou celeremente de 6,5%, em dezembro de 2014. Para 13,7%, em março de 2017, mantendo-se desde então, em torno de 12%, permanecendo nesse patamar.

O crescimento do PIB no Brasil entre 2014-2016 mostrou-se mais baixa, tendo um lento aumento, isto é, uma economia com crescimento baixo e estável, em torno de 1,0% ao ano no período de 2017-2019, o que implica um crescimento praticamente nulo do PIB per capita (OREIRO, PAULA, 2021) gerando uma desconfiança na população, pois, se o PIB cresce a taxas mais baixas, e temos, consequentemente temos a redução de taxas de empregabilidade e da renda de trabalho.

A crise política durante o governo Dilma, iniciada ainda em 2015, também refletiu na pior crise econômica durante seu mandato, e, após os atos de derrubada do cargo de Presidente no terceiro trimestre de 2016, vemos que PIB passa a ter um crescimento no mesmo período em 2017, já no governo Temer, passando de -4,1% para 0,1%. Uma taxa ainda baixa, mas que em proporção tem-se um aumento relevante.

Durante o mandato de Temer, com uma agenda levando a economia para um modelo mais ortodoxa-liberal, foi realizado um modelo de desenvolvimento, baseado em reformas liberalizantes (reforma trabalhista, reforma previdenciária etc.) e na reafirmação das políticas econômicas conduzidas de forma ortodoxa: uma política monetária mais conservadora (sob argumento de “ancorar expectativas inflacionárias” dos agentes), uma política fiscal contracionista (implementação do teto de gastos com base no argumento da “contratação fiscal expansionista”) e uma política cambial mais flexível (inclusive sinalizando para maior conversibilidade do real), (OREIRO, PAULA; 2021).

Em 2018 até o início de 2020, o PIB manteve-se em um aumento estável, flutuando entre os 1,1% e 1,9%. Mas em 2019, seguindo a mesma linha de modelo econômico de Temer, Bolsonaro se aprofundou ocorrendo esse pequeno crescimento, e segundo Oreiro e Paula (2021) mencionam, dada a fraca e lenta recuperação econômica ao longo de 2019, a liberação de saques de até R\$500 nas contas ativas e inativas do FGTS e PIS/PASEP, estimando uma liberação de recursos da ordem de R\$42 bilhões em 2019 e 2020 o que teria gerado um impacto pontual e limitado sobre o PIB, da ordem de 0,2% do PIB em 2019.

No primeiro trimestre de 2020, período esse que também foi decretada a quarentena em muitas cidades e estados, devido aos índices de infectados no início da pandemia da COVID-19, contribuindo para que a taxa tenha caído novamente para -4,4% no quarto trimestre de 2020, começando a melhorar no segundo trimestre de 2021, 2,4% e chegando no a um patamar bastante elevado no primeiro trimestre de 2022, se comparado a todo o período de 2015, com a taxa acumulada 5,2%, demonstrando uma retomada econômica no país a partir de então.

## **2.2 O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL**

Os dados de emprego no país mostram que o mercado de trabalho Brasil se mantém em uma trajetória positiva de crescimento em alguns momentos nos últimos anos, onde tivemos um aumento extremamente considerável, de acordo com informações retirados do site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) o grupo de conjuntura realizou uma pesquisa através de dados também do IBGE, mostra que em outubro de 2022, a taxa de desocupação dessazonalizada ficou em 8,2%, alcançando o menor patamar desde abril de 2015. Desta forma, a população desocupada que chegou a 15,4 milhões, em maio de 2021, vem recuando sistematicamente, de modo que o contingente de 8,9 milhões, apurado em outubro de 2022, é o menor já observado desde julho de 2015 (8,6 milhões). É importante destacar que quando falamos de emprego, levamos em consideração tanto os formais quanto os informais, já que esse último também entra nas pesquisas feitas pelo governo. Deve-se ressaltar, no entanto, que grande parte deste arrefecimento da ocupação nos últimos meses vem ocorrendo no segmento informal da economia comparativamente ao formal. Segue a figura 2:

**Figura 2 – População ocupada por vínculo empregatício (em %) no Brasil de outubro de 2016 a outubro de 2022<sup>1</sup>**



Fonte: Grupo de Conjuntura da Dimac / IPEADATA

Nota: <sup>1</sup> Variação interanual

É importante ressaltar como um fator externo, como a pandemia COVID-19, ter afetado tanto o emprego formal quanto o informal.

Nota-se que a taxa de ocupação no início de 2020 teve uma drástica queda, justamente quando se deu os primeiros casos de COVID-19 no Brasil e o governo decretou quarentena mantendo os serviços essenciais em atividade. Com isso, o emprego formal ainda é mais estável, pois, muitas empresas precisaram se reinventar para que sua produção não caísse e evitasse demissões em massa. No setor informal, onde muitos dependem do trabalho em comércios abertos a população e até mesmo trabalhos ao ar livre, o impacto foi extremamente negativo, pois muito não conseguiram manter seus serviços. Apesar disso, algumas medidas têm sido tomadas para conter os danos às famílias. Entre estas medidas destaca-se o Projeto de Lei (PL) 9.236/20175 que consiste em um benefício de R\$600,00 em caráter de emergência destinado aos(as) trabalhadores(as) maiores de 18 anos, com limite de dois benefícios por família, chegando a R\$1.200,00 também para as famílias chefiadas por mulheres (LIMA, RODRIGUES, 2020).

Desse modo, o mercado de trabalho sofreu fortes oscilações, pois depende de vários fatores, como a renda, nível de escolaridade, PIB, para se identificar se teremos taxas mais atrativas, de ocupação ou taxas de desocupação que afetam o crescimento econômico.

### 3. METODOLOGIA

Foram feitas análises descritivas, a se entender como flui o desemprego no Brasil utilizando dados quantitativos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com os dados da PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A PNADC é uma consulta feita diretamente nas casas, consultando as pessoas de diversas regiões e coletando os dados que se fazem necessários, ou seja, ela baseia-se em declarações feitas pelos entrevistados. Já o CAGED é uma base de dados recolhidos de maneira formal e sistêmica pelos estabelecimentos registrados (que possuem CNPJ) através do eSocial. Com isso, podemos notar que o CAGED trata principalmente dos trabalhos formais e a PNADC engloba todo o contexto de trabalhadores formais ou informais o que nos permite ter uma visão ampla sobre os registros e interpretações dos dados. A partir dos dados extraídos das fontes descritas, foram construídas planilhas no Excel, com o intuito de buscar encontrar relações entre os anos de 2015 e 2022 e o desemprego e como ele torna-se preocupante para a família brasileira.

O eSocial é uma plataforma online do governo federal que conseguiu unificar a entrega de 15 obrigações da área trabalhista para empresas, pessoas jurídicas e também para pessoas físicas. (BRASIL, 2023).

#### **4. DISCUSSÃO E RESULTADOS**

O IBGE define como desempregado, uma pessoa com idade acima de 14 anos que não está trabalhando, mas estão disponíveis e buscam trabalho, logo para ser considerado desempregado não basta apenas não possuir emprego, mas estar em busca por um novo emprego (IBGE, 2023). Como exemplo, um estudante que se dedica aos estudos não pode ser considerado desempregado, este é considerado fora da força de trabalho, diferente de uma empreendedora que tem seu próprio negócio, esta é considerada ocupada.

A taxa de desemprego é, portanto, a porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas e estão à procura de emprego o indicador que mede o nível de desemprego de uma economia. Realçando que, estar desempregado sugere um indivíduo que está numa situação na qual não tem nenhum vínculo oficial com qualquer instituição empregadora e não possui quaisquer fontes de rendimento vinda diretamente do mercado de trabalho, pois pensionistas, bolsistas, podem ter rendimentos (LOPES et al., 2014).

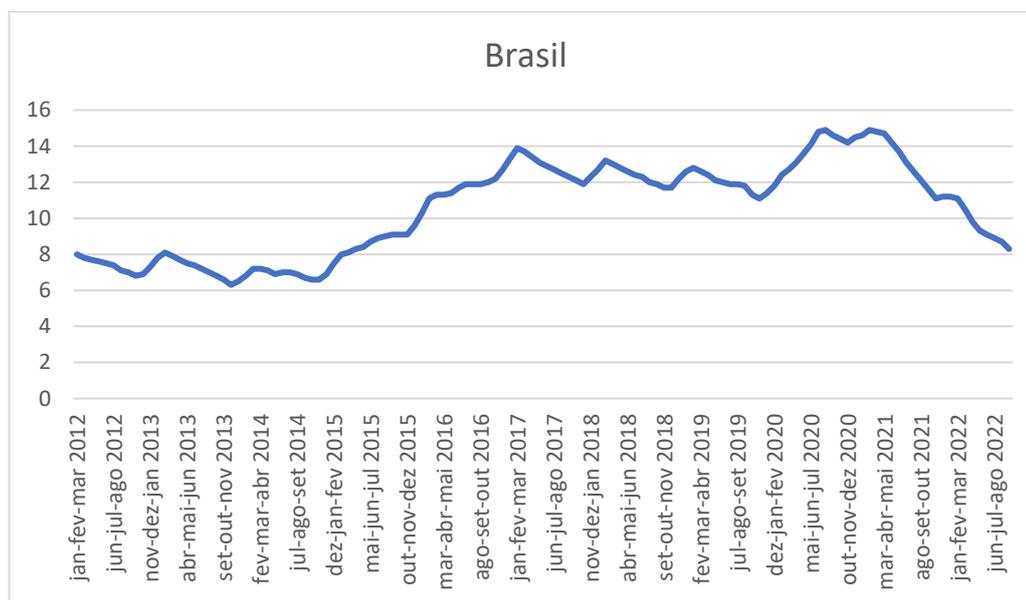
A mensuração do desemprego no Brasil é feita, mensalmente, em todo território nacional. Para efeito da análise do mercado de trabalho brasileiro, considera-se que as elas são representativas do conjunto do País (MORETTO; PRONI, 2011). As estatísticas oficiais divulgadas pelo IBGE se baseiam na PNADC, cuja metodologia se destina a mensurar as

situações evidentes de procura de emprego. Sejam elas por faixa etária, sexo, ou até mesmo por classe social.

Para Targino e Vasconcelos (2015), o setor formal do mercado de trabalho é aquele em que existe algum tipo de contrato entre empregador e empregado. Esse contrato pode ser firmado por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou do Estatuto do Servidor Público e também o trabalhador autônomo que possui Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Já o setor informal diz respeito aos trabalhadores que são privados de condições básicas ou mínimas de trabalho e proteção social.

A questão do desemprego sempre foi algo que preocupou a economia, mas o assunto subiu ao topo da agenda econômica no Brasil a partir da década de noventa, quando se observou aumento na sua incidência. Na primeira metade da década de 2010, o ano de 2015 pode ser compreendido como o ponto principal de análise, pois, a partir deste ano se vê uma crescente na taxa de desocupação no comportamento do mercado de trabalho. Como podemos ver na figura 3:

**Figura 3 - Taxa de desocupação no Brasil de 2012 a 2022 (Em %)**



Fonte: IBGE. Dados PNAD (Elaboração Própria)

Podemos notar que os anos de 2012 a 2014 vem seguindo um padrão, girando sempre em torno dos 7,5% de taxa de desocupação, a qual vem seguindo de forma positiva desde o início de 2015, chegando a ter pouco menos que o dobro de aumento se compararmos ao início do ano de 2017, que se mantem na faixa e subindo ainda mais em 2020, chegando a 14,9%,

situação esse que apresenta melhoras a partir de 2021 aonde temos uma taxa 13,1% e caindo para 8,3% nos últimos registros de 2022, uma melhora de 6,6% dentro de um período no qual tratamos como pós-recessão econômica.

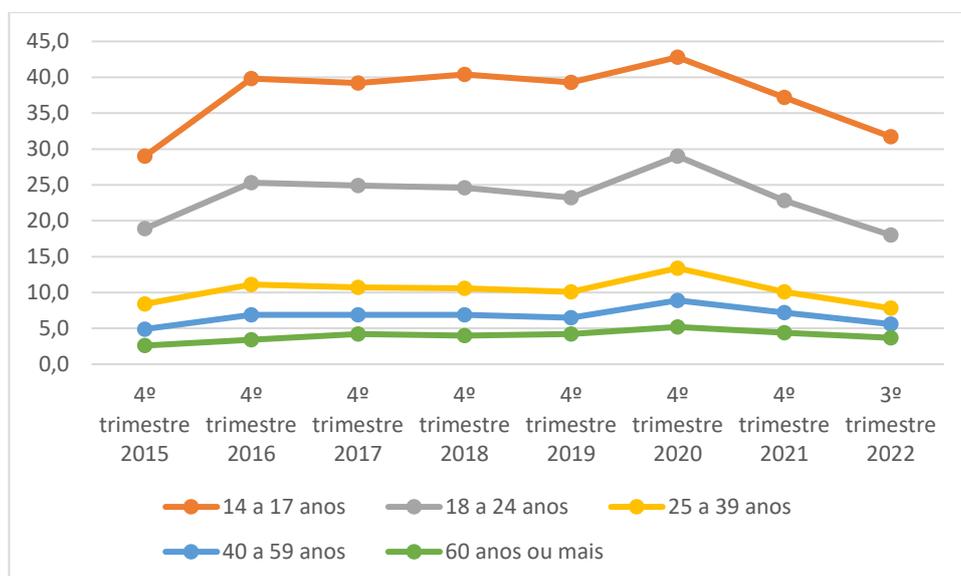
Após isso temos uma melhora econômica e um gradual aumento do PIB já em 2022, o que era bem diferente se formos analisar o mesmo cenário em 2015, como é colocado por Pochmann (2015), para o autor, ao mesmo tempo, medidas contraditórias de ajuste fiscal e monetário foram implementadas, com o corte dos gastos operacionais (áreas sociais e de investimento) e a elevação das despesas financeiras (aumento dos juros e swaps cambiais), causando um aumento na relação entre a dívida pública e PIB, a principal razão disso se deve à recessão, que fomentada pela forte elevação dos juros, que não freou a inflação, contribui tanto para o crescimento do endividamento público como para a menor arrecadação tributária.

#### 4.1. FATORES QUE INFLUENCIAM O DESEMPREGO

Araújo e Antigo (2016) estudaram o mercado de trabalho brasileiro através da perspectiva da qualificação da mão de obra em um período compreendido entre 2002 e 2011. O objetivo deste estudo foi a busca pelas variáveis que explicam as probabilidades de sucesso individual em busca por emprego.

Se formos analisar por idade podemos observar, qual faixa etária é a mais atingida com a desocupação com o decorrer dos anos, a figura 4, que possui as faixas etárias da população com 14 anos ou mais dentro do período entra 2015 a 2022, nos detalha essa questão:

**Figura 4 - Taxa de Desocupação, por idade no Brasil de 2015 a 2022 (Em %)**



Fonte: IBGE – PNAD (Elaboração Própria)

Tendo sempre o quarto trimestre dos anos como base de nossa análise, sendo 2022 o único em que tal dado ainda não havia sido disponibilizado, portanto, pelo terceiro trimestre deste último ano. Podemos observar que para todas as faixas etárias, tem uma mesma trajetória, ou ao menos parecidos umas com as outras, ao longo dos anos. Em 2015, tivemos a menor das taxas de desocupação para todas as idades – refletindo a trajetória de crescimento econômico anterior –, subindo bastante no ano de 2016, e se mantendo quase que de forma constante até o ano de 2019, aumentando ainda mais em 2020, que foi quando tivemos a recessão por conta da COVID-19 o que justifica o grande aumento da desocupação, e reduzindo bastante na retomada entre 2021 e 2022.

É interessante notar que a faixa dos 14 a 17 anos, sempre está no topo da desocupação, chegando até 42,8% de taxa de desocupação no quarto trimestre de 2020, dando um contraste muito enorme quando se comparado a faixas como a 18 a 24 anos, chegando a 20,9% no mesmo período, que é a segunda maior, mas que, ainda assim, bem abaixo da primeira faixa etária. O transtorno causado pelo desemprego, não afeta apenas as faixas etárias mais jovens, mas também as faixas etárias da população mais velha, vemos que a faixa de 25 a 39 anos, apesar de termos algumas variações no decorrer dos anos de 2015-2022, ela é praticamente estável, sempre se mantendo na média dos 10%. Com a faixas de 40 a 59 e 60 anos ou mais também não é muito diferente, mantendo-se na média de desocupação dos 6% e 3% respectivamente.

Ao falar nas questões emprego-idade, nos remete as reformas que neste período aconteceram, já anunciadas em 2016 algumas dessa já aprovadas ao decorrer dos governos Temer-Bolsonaro entre os períodos 2016-2019, conforme Oreiro e Paula (2021) mencionam, são: (i) reforma trabalhista (já aprovada em 2016) com uma séria de flexibilizações no mercado de trabalho: contribuição sindical opcional; mudanças nas regras de demissão, descanso de férias; permissão para jornada de trabalho de até 12 horas; criação da modalidade de contratação a termo; trabalho intermitente dentre as principais mudanças); (ii) reforma previdenciária (esta já com texto-base aprovado em 2019 durante o governo Bolsonaro): mudança na idade mínima – 62 anos para mulheres e 65 anos para homens -, nas regras de pensão para viúva e filhos.

Em geral, a reforma previdenciária é vista como uma medida para equilibrar as finanças do sistema de seguridade social e garantir que ele possa atender às necessidades das futuras gerações de aposentados.

No entanto, a implementação de reformas previdenciárias também pode afetar a taxa de desocupação. Isso ocorre porque a reforma pode aumentar a idade mínima para a aposentadoria e aumentar o tempo de contribuição para ter direito a aposentadoria, o que pode levar a uma

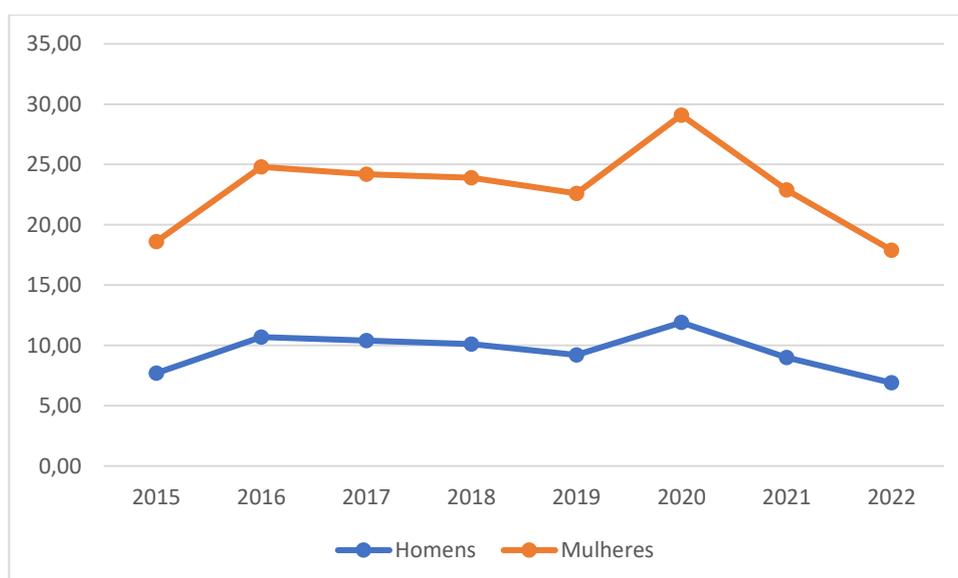
prolongada permanência de pessoas no mercado de trabalho e a uma redução da oferta de vagas para jovens trabalhadores.

Além disso, a reforma previdenciária também pode afetar a confiança dos consumidores e dos investidores, o que pode levar a uma redução da atividade econômica e aumentar a taxa de desocupação.

Portanto, a relação entre as taxas de desocupação e as reformas previdenciárias é complexa e pode ter impactos positivos e negativos. É importante avaliar cuidadosamente os impactos dessas reformas e buscar equilibrar as necessidades do sistema previdenciário com o bem-estar econômico da população.

Convém mencionar que Oliveira, Scorzafave e Pazello (2009) realizaram um estudo, com dados também do IBGE, com o objetivo de analisar a evolução recente da estrutura do desemprego e da desocupação das famílias brasileiras. A conclusão foi que nas simulações, as mulheres apresentam probabilidade de desocupação maior que os homens. A trajetória do desemprego e da desocupação das mulheres passa a ser muito parecida com a dos homens, sendo que tais probabilidades são sempre maiores para as mulheres. De fato, podemos observar que ao longo dos anos entre 2015-2022, as mulheres sempre tendem a ter um nível de desocupação maior do que os homens conforme a figura 5:

**Figura 5 - Taxa de Desocupação, por sexo, no Brasil entre 2015 e 2022 (Em %)**



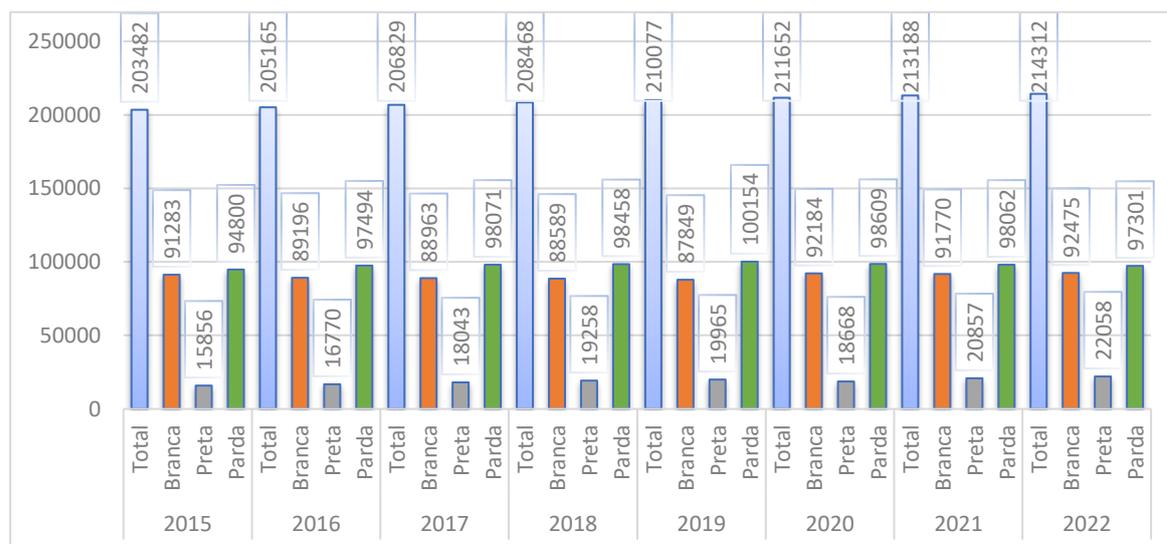
Fonte: IBGE – PNAD (Elaboração Própria)

Vemos que em 2015 a taxa de desocupação masculina é de 7,7%, já a feminina 10,9%, uma diferença de 3,2%, e a média dessa diferença se mantém, mesmo com o passar dos anos e

o aumento da desocupação a partir de 2016 até 2019, as taxas seguem dentro de uma média de 10,1% para a população masculina e 13,8% para a população feminina, ambos atingindo o ápice em 2020, 11,9% para a população masculina e a população feminina atingindo os impressionantes 17,2% da taxa de desocupação. Uma das questões para se entender esse padrão, levando a ideia cultural de uma sociedade machista, tem-se que as mulheres buscam postos de trabalho que mais facilitam sua forma de juntar vida-trabalho, fato de a mulher ter de conciliar a atividade no mercado de trabalho com aquelas relacionadas ao cuidado com os filhos, elas tendem a buscar postos de trabalho com jornadas mais flexíveis e, assim, acabam demorando mais para encontrar um posto de trabalho com tais características desejáveis (OLIVEIRA; SCORZAFAVE; PAZELLO; 2009). Apesar dos gráficos não demonstrarem isso, ele nos mostra apenas que a fator da desocupação das mulheres é justamente um fator de demanda de trabalho.

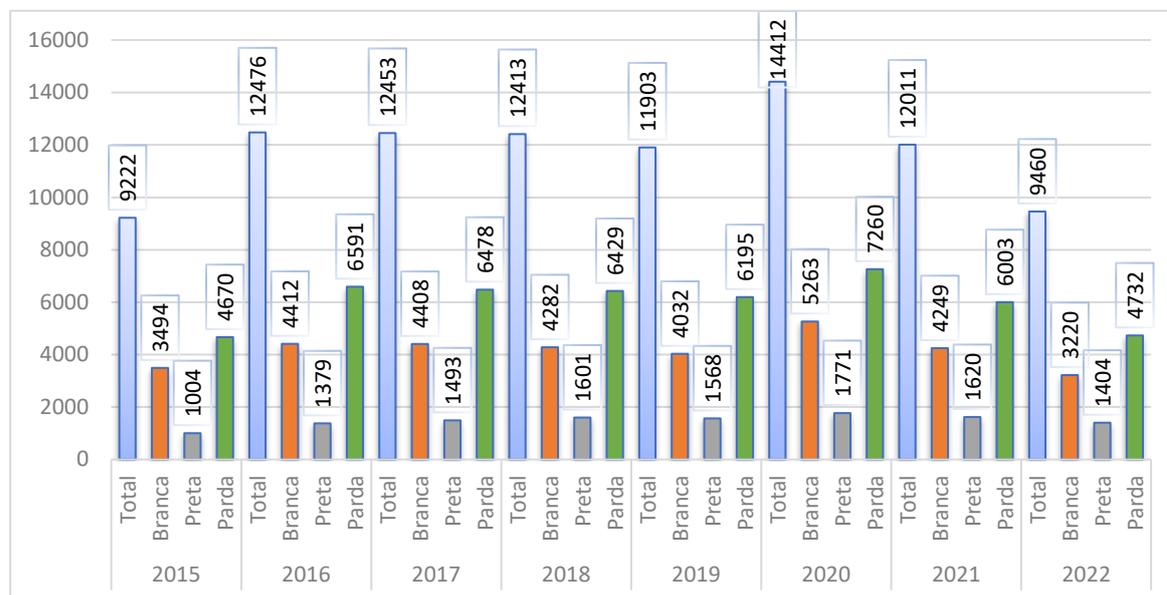
Vimos, até o momento, que a situação se agravou principalmente para os grupos mais vulneráveis e com maiores dificuldades de entrada no mercado de trabalho, os mais jovens entre na faixa etária entre os 14-25 anos, e também as mulheres, se formos analisar por cor e raça temos resultados ainda mais interessantes, que nos remetem não apenas em uma desigualdade social mas também étnica, conforme o figura 6 e 7, que nos mostram a população total no Brasil e em comparação com a população desocupada nos anos de 2015 e 2022, respectivamente:

**Figura 6 – População total do Brasil, dividido por cor/raça entre os anos de 2015 e 2022 (Mil pessoas)**



Fonte: IBGE – PNAD (Elaboração própria)

**Figura 7 – População com 14 anos ou mais de idade, por cor/raça, desocupadas, no Brasil entre os anos de 2015 e 2022 (Mil pessoas)**



Fonte: IBGE – PNAD (Elaboração própria)

Adiante da questão a respeito de questão sobre cor/raça podemos observar, conforme a figura 8, que temos total da população brasileira em 2015, um total de mais de 203 milhões, e seguindo em crescimento contínuo até 2022, chegando a 214 milhões de Brasileiros, se pegarmos o total da população e o total de pessoas desocupadas para cada período e fizermos uma relação, vemos que temos uma média de 5,64% da população total em desocupação.

Em 2015 a diferença era de 4,53% subindo para 6,08% em 2016 e se mantendo nessa média até o ano de 2020, aonde vemos que a diferença do total da população para com a população desocupada aumentou para 6,81%, um salto de 9 milhões de desocupados para 14 milhões, e em 2021, quando já temos uma pós-recessão causada pela COVID-19, esse número diminui, e em 2022 diminui ainda mais chegando a 4,41%, mostrando uma baixa recuperação.

**Tabela 1 – Relação do total da população brasileira ocupada com total de desocupados e sua diferença nos anos de 2015 a 2022 (Mil pessoas)**

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Total Ocupa.</b>	92366	90174	92228	93534	95515	87225	95747	99269
<b>Total desoc.</b>	9222	12476	12453	12413	11903	14412	12011	9460
<b>Diferença em %</b>	9,98	13,84	13,50	13,27	12,46	16,52	12,54	9,53

Fonte: IBGE – PNAD (elaboração própria)

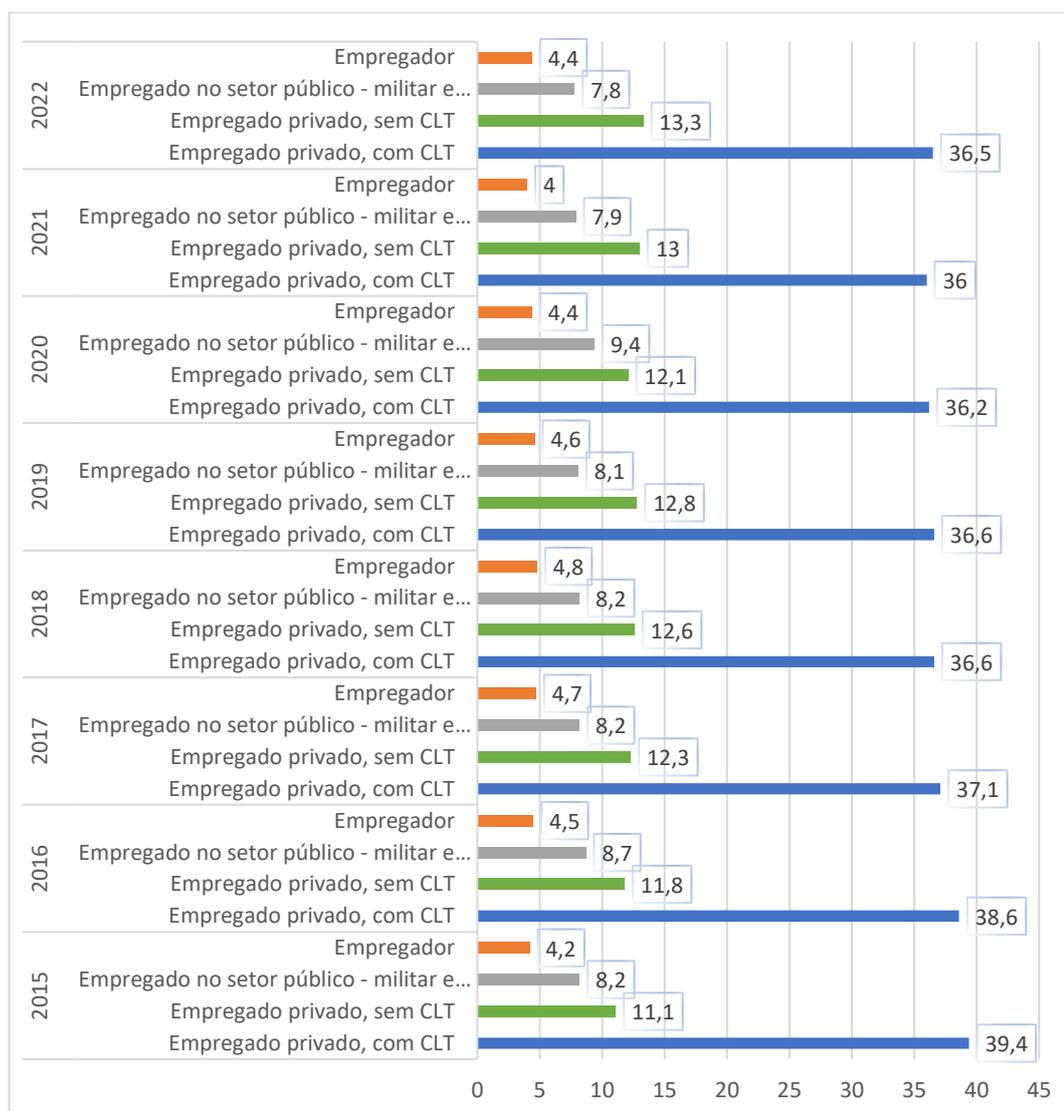
Já do ponto de vista cor/raça, podemos notar que a população parda e preta juntas, se referem ao maior número dentre as pessoas desocupadas, com uma média de 29,2% a mais de pessoas se comparadas com a população branca, isso para todos os períodos analisados.

No ano de 2015, a população preta/parda representa um total 5 milhões de pessoas em contrapartida a branca cerca de 3 milhões desocupadas, uma diferença de 24,2%, já no ano de 2016 vemos que temos quase 8 milhões de pretos/pardos para 4,4 milhões de brancos, tendo um aumento na diferença para 29,2%, nos anos de 2017 a 2020 a população branca desocupada se mantém na mesma proporção, o que não acontece com a população preta/parda, que tem um salto de 7 milhões em 2017 para 9 milhões de pessoas desocupadas em 2020, enquanto a crise 2015-2016 se caracterizou pela elevação da migração para o desemprego e por um aumento do diferencial desse indicador entre brancos e negros, a crise em 2020 se diferencia pela elevação súbita da transição para a desocupação, que ocorreu também de forma mais intensa para negros/pardos (Costa; Barbosa et al; 2020).

Em resumo, e em concordância com Costa et al. (2020) vimos que as mulheres, os negros e os jovens são aqueles que possuem maiores chances de perder o emprego e transitar para uma situação de desocupação. Nos momentos de crises no período analisado, são esses os grupos que apresentam os indicadores mais preocupantes, pois a desigualdade não arrefece nessas ocasiões.

Ao analisarmos, também os tipos de ocupação, podemos ter mais uma perspectiva a respeito do mercado de trabalho brasileiro, conforme segue a figura 9:

**Figura 9 - Distribuição de pessoas ocupadas por categorias no Brasil no período 2015 a 2022 segundo dados da PNAD (%)**



Fonte: IBGE – PNAD (Elaboração própria)

Foram utilizados 4 tipos de agrupamentos de pessoas ocupadas, sendo eles, empregado no setor privado - com carteira de trabalho assinada, empregado no setor privado - sem carteira de trabalho assinada, empregado no setor público - militar e funcionário público estatutário e empregador.

Explicando brevemente, e muito bem colocado por Santos e Pereira (2022), os trabalhadores assalariados que atuam com carteira assinada estão protegidos pela legislação trabalhista vigente para que os contratos sejam justos e não ultrapassem determinados limites, isso com relação a empregador-empregado, com seus direitos garantidos como: férias remuneradas, 13º salário, direitos concedidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

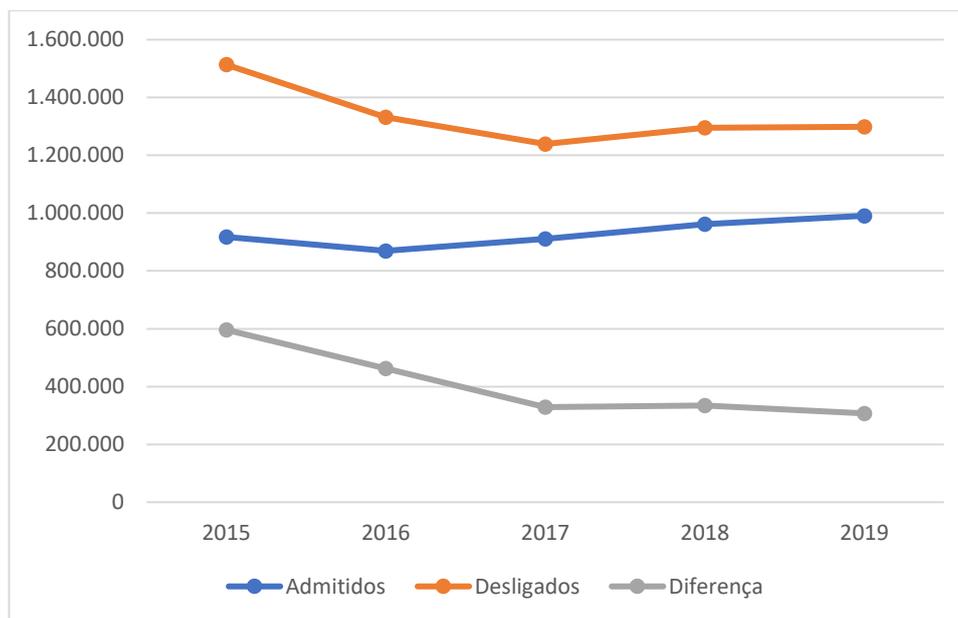
Já o trabalhador sem carteira assinada não possui, por lei, os mesmos direitos e não tem obrigação com os recolhimentos de FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O emprego público é exercido por um servidor estatutário, que é disciplinado por um estatuto próprio, e a forma de ingresso no serviço público se dá com a aprovação em concurso público. E o empregador com e sem CNPJ, se trata daqueles que contratam trabalhadores aos seus serviços de forma remunerada, e tendo em contrapartida deste a prestação de trabalho.

De início, se focarmos nos empregados formais (com carteira assinada), vemos que de 2015 a 2022 o nível de ocupação vem baixando cada vez mais de forma gradual, de 39,4% caindo para 36,5%, e em contrapartida percebemos que os empregados informais (sem carteira assinada) subiu nos últimos anos indo de 11,1% para 13,3%, em 2015 e 2022 respectivamente.

Isso nos mostra como o trabalho no Brasil vem sendo precarizado nos últimos anos, utilizado de argumento para a reforma trabalhista no mesmo período, período esse onde os níveis de empregos sem carteira assinada sobem de 12,3% em 2017 para 12,8% em 2019. Manzano (2020) acentua que a reforma trabalhista de 2017, que tinha como um dos seus objetivos legalizar práticas irregulares, não alterou essas formas de contratação, que seguiram impermeáveis a esses processos de mudanças, o que é possível observar nos anos de 2018 e 2019.

No final de 2019 e início de 2020 começaram a ter os primeiros casos de COVID-19 no mundo, o que viera a se tornar a pandemia, provocando uma redução na economia global. Além das consequências para os sistemas de saúde do mundo, da alteração quanto à circulação de pessoas nos âmbitos local, nacional e internacional, a pandemia provocou mudanças na dinâmica econômica e transformações substantivas no mundo do trabalho (SANTOS, PEREIRA; 2022).

Seguindo com as análises, com os dados adquiridos no site do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED), notasse que, principalmente, de 2015 a 2019, apesar do número de admissões serem crescentes, o número de desligamentos sempre se mantém acima, conforme segue na figura 10:

**Figura 10 - Admissões e Desligamentos no Brasil no período de 2015 a 2019**

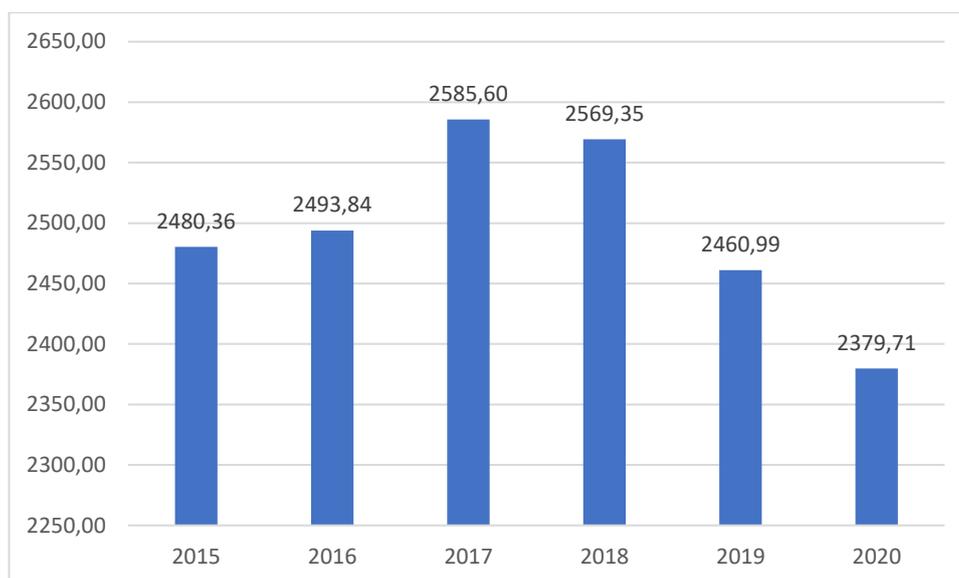
Fonte: Dados recolhidos do CAGED. Planilha de elaboração própria.

A diferença entre esses dados ainda nos mostra que tivemos uma grande redução no número de registros CLT. Esse estado de recessão de emprego se dá no início do ano de 2015, um momento de baixa na economia, havendo mais impacto nos anos posteriores. E se mantendo em um crescimento significativo até o ano de 2019.

Dada a situação, o provedor da família, havendo ficado muito tempo a procura de emprego, pode ter maior rejeição no mercado de trabalho e com isso fazendo com que jovens que invés de buscarem os estudos, se insiram mais cedo no mercado de trabalho (SCHERER et al., 2017). Aonde as faixas etárias mais jovens possuem grande dificuldade de se colocar no mercado de trabalho, fazendo com que as taxas de desocupação fiquem ainda mais altas. Fator bem colocado por Flori (2003), que analisou a questão do desemprego entre jovens brasileiros. Segundo a autora, o principal determinante da alta taxa de desemprego para os jovens não residia na dificuldade em conseguir (o primeiro) emprego, e sim na elevada taxa de rotatividade (troca constante de emprego) que caracterizava esse grupo.

Se formos analisar a renda média das pessoas ocupadas, vemos que temos um aumento gradual com o passar dos anos, anos no período 2015-2017. Porém, a partir de então, os valores passam a cair, conforme mostra a figura 11:

**Figura 11 – Rendimento médio da população ocupada no Brasil, nos anos de 2015 a 2020, ajustados pelo IPCA, ano referência 2015 (em R\$)**



Fonte: IBGE – PNAD (elaboração própria)

Podemos perceber como o rendimento médio no Brasil sobe em 2017 mas cai drasticamente em 2020, isso nos mostra o quanto o poder de compra dos brasileiros vem decaindo, os programas sociais que auxiliam a população a se manter economicamente ativa, como informados na seção 2 desse trabalho, após a crise político-econômica de 2015-2016, tivemos uma metodologia mais ortodoxa-liberal de gerenciamento nos anos de 2017 a 2020, como a liberação de saques de contas inativas do FGTS e PIS/PASEP e também o auxílio emergencial no qual ajudou diversas famílias durante o período de quarentena.

A pandemia, num contexto de paralisação das atividades produtivas, atinge com maior intensidade a população que vive na informalidade e reside em áreas precárias (COSTA, 2020), ou seja, aqueles que possuem rendimentos baixos e irregulares, sem acesso à água potável, moradia digna, sistemas privados de saúde e sistema de proteção social vinculado à carteira de trabalho assinada, como férias, salário mínimo, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), licença-maternidade, licença médica e seguro-desemprego. Esses trabalhadores cumprem extensas jornadas de trabalho e dificilmente conseguem acessar linhas de financiamentos para o exercício legal da atividade (KREIN; PRONI, 2010). Em 2015, segundo dados do IBGE, a informalidade no Brasil ultrapassava os 39%. Mas em 2020, aonde a informalidade já representava mais de 41%.

De fato, a partir de 2020, os trabalhadores informais perderam o sustento, e muitas empresas começaram a demitir os empregados com carteira assinada (COSTA, 2020), já que

não se podiam manter muito tempo nas ruas e muitas das empresas não conseguiam manter seus funcionários por muito tempo longe dos escritórios. Os longos períodos de desemprego individual afetam fortemente o mercado de trabalho. Extensos períodos na situação de desemprego podem influenciar nas chances de o indivíduo encontrar um novo emprego, bem como podem ter efeitos diretos sobre a decisão desse indivíduo de sair da força de trabalho desalentado (PRONI, 2015).

Outro fator de análise, seria a inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres, nesse quesito há muitas discussões, afinal, a cultura de que homem é o titular desse papel e a mulher serve apenas para cuidar da casa é algo que vem sendo desfeito ao longo do tempo, no entanto em tempos de crise, a medida vale para ambos os sexos, torna-se fácil observar isso quando se trata de questões como, por exemplo, quanto maior o número de crianças que ainda não são aceitas no mercado de trabalho, as empresas tendem a aceitar menos as mulheres devido as crianças terem que ter acompanhamento de alguém, a lógica segue também para o número de adultos: quanto maior esse número, menor é o custo de oportunidade de um particular indivíduo do domicílio ingressar no mercado de trabalho (OLIVEIRA; SCORZAFAVE; PAZELLO, 2009). Nota-se que a taxa de desocupação segue linhas muito parecidas para ambos os sexos, em 2015 vemos que a taxa de desocupação conversa com a taxa de desocupação de forma geral, e que para mulheres, pretos/pardos e a população mais sempre será maior o agravante.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo dessa pesquisa foi analisar o comportamento do emprego no Brasil diante de momentos de crise, o primeiro objetivo foi observar de forma geral as taxas de desocupação no Brasil e notou-se que em 2015 as taxas tiveram significativo aumento até o início de 2021, ambos justificados pelas crises econômicas, políticas seguidas da COVID-19, taxas essas que passaram a melhorar do final de 2021 e melhorando em 2022.

Em termos de idade, pode-se afirmar também que jovens com menos idade não possuem uma grande inserção no mercado de trabalho, diferente pra quem é mais velho e com qualificação, as oportunidades tornam-se menos escassas por estes estarem já no mercado de trabalho que possibilita a permanência mais longa em condição de desemprego (SCHERER et al., 2017).

De fato, os dados obtidos no IBGE e CAGED por mais rigoroso que seja essas ferramentas, são objetos que mostram apenas uma parte de todas as informações necessárias

para se poder afirmar em detalhes pontuais como, renda e até mesmo por cor e raça, por se tratar de análises mais pontuais em relação ao que foi proposto, mas ajuda a compreender de uma melhor maneira como é, ou tem sido o comportamento das taxas de desocupação nos últimos anos.

Os fatores de emprego e desemprego podem variar entre diversos casos, desde indícios de crise econômica, sejam elas por crises de governo, políticas e até mesmo crises globais como a COVID-19, á mudanças nas consolidações de leis trabalhistas, podendo assim concluir que a falta de emprego pode sim gerar muitos conflitos nas famílias brasileiras inclusive em grandes metrópoles, onde geralmente se concentra a maior parte da classe trabalhadora.

Além disso, é importante destacar a importância de fomentar o desenvolvimento de novas ocupações e setores produtivos no Brasil, visando aumentar as oportunidades de emprego e reduzir a desocupação. Isso pode ser feito por meio de políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo e à inovação, bem como de investimentos em educação e capacitação profissional, para que a população possa se adequar ao mercado de trabalho em constante transformação. É importante lembrar que uma população economicamente ativa e empregada tem um papel fundamental na geração de riqueza e no desenvolvimento econômico do país.

Dessa forma, é necessário que as autoridades governamentais e a sociedade em geral se comprometam com a criação de novas oportunidades de emprego e a melhoria das condições de trabalho, a fim de garantir uma sociedade mais justa e equitativa para todos os cidadãos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. P. F.; ANTIGO, M. F. **Desemprego e qualificação da mão de obra no Brasil**. Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 308-335, maio-ago/2016.

BARROS, R.; CAMARGO, J. M.; MENDONÇA, R. **Estrutura do desemprego no Brasil**. IPEA, 1997.

BRASIL, 2023. **Site do Governo Federal do Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/centrais-de-conteudo>; Jan/2023

CAGED. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**, Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: [http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php). Acesso em 16 Jan. 2023.

COSTA, J. S.; BARBOSA, A. L. N. de H.; Hecksher, M.; Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da Covid-19. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**.

ESOCIAL. **Site do Governo Federal do Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/centrais-de-conteudo>. Acesso em 16 Jan 2023.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Brasília, DF, OIT. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Ibge de Recuperação Automática**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>. Acesso em 09 Ago. 2022.

LONG, C. **Impact of effective demand on the labor supply**. American Economic Review, Papers and Proceedings, v. 43, p. 458-467, 1953.

MORETTO, Amilton J.; PRONI, Marcelo Weishaupt. **O desemprego no Brasil**: Análise da trajetória recente. Economia e Desenvolvimento, Recife (PE), v. 10, n. 1, 2011.

OLIVEIRA, P.; SCORZAFAVE, L.; PAZELLO, E. Desemprego e inatividade nas metrópoles brasileiras: as diferenças entre homens e mulheres. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 291-324, maio/ago. 2009.

OREIRO, José L.; DE PAULA, Luiz F.; A Economia Brasileira nos governos Temer e Bolsonaro. **Macroeconomia da estagnação Brasileira**. p. 127-159, 2020.

POCHAMANN, M. Ajuste Econômico e desemprego Recente no Brasil metropolitano. **Estudos avançados**, Campinas, v. 29, p. 85, 2015.

PRONI, M. **Teorias do desemprego**. TD, Brasília, n.256, 2015.

REIS, M.; AGUAS, M. **Duração do desemprego e transições para o emprego formal, a inatividade e a informalidade**. Economia Aplicada, v. 18, n. 1, p. 35-50, 2014.

Santos, Carolina V.; Pereira, Fernando B.; O discurso do Empreendedorismo sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso. 2022. **Anais do XIX Seminário de Diamantina, Cedeplar/UFMG**, 2022.

SGS - SISTEMA GERENCIADOR DE SÉRIES. **Site do Banco Central do Brasil**.

Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acessado em 29 Jan 2023.

SCHERER, C. *et al.* Análise da duração de desemprego para os provedores das famílias: uma investigação com foco nas regiões metropolitanas brasileiras (2002-2015). **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU)** v. 11, n. 3, p. 272-292, 2017.

LIMA, D.; RODRIGUES, Ana M.; Combate ao desemprego diante da pandemia do novo coronavírus. **Revista Debate Econômico (ICSA-UNIFAL)** v. 8 n. 1 p. 59-61, 2020.